

## **EXAME DE ORDEM 2004.1 - PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL**

### **1064 - DIREITO TRIBUTÁRIO**

#### **PEÇA PROFISSIONAL**

Meghi Artuison, brasileira, casada, do comércio, residente na cidade de Florianópolis/SC, na Rua Valtuirson Estrema, n. 357, portadora do CPF/MF 123.456.789-10, procura o escritório de advocacia em que você trabalha e lhe entrega uma cópia da Execução Fiscal n. 9999/04, em trâmite na 2ª. Vara Federal de Florianópolis/SC, em que União Federal busca receber valores (R\$1.986,00 atualizado até 02 de março de 2004), correspondentes a *empréstimo compulsório*, instituído pela União, mediante a Lei Ordinária n. 7788, de 19 de dezembro de 2002, para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública. A cliente informa que, efetivamente, não efetuou o pagamento da exação exigida.

A certidão de dívida ativa e os aspectos processuais da Execução Fiscal foram atendidos na forma da lei, assim como a aplicação dos recursos provenientes do empréstimo compulsório foi vinculada à despesa que fundamentou a sua instituição.

Faz 15 dias que a intimação da penhora foi realizada e 14 dias que o mandado de penhora foi juntado aos autos da execução.

Meghi contrata seus serviços para defendê-la judicialmente.

**Observando as disposições legais atinentes, inclusive em relação a tempestividade, elabore a peça profissional adequada, fundamentando-a na lei, doutrina e/ou jurisprudência.**

#### **SITUAÇÃO-PROBLEMA I**

Após ter sido citado para pagar dívida tributária ou garantir a execução fiscal, o executado leva a efeito o parcelamento do débito nos 5 (cinco) dias seguintes ao da citação.

Deferido o parcelamento e paga a primeira parcela, o executado procura seu escritório, buscando informação a respeito da possibilidade de extinção do

processo executivo fiscal.

**PERGUNTAS:**

- a) O parcelamento deferido pelo Poder Público autoriza o Juiz a extinguir a execução fiscal? Explique, citando lei, doutrina e/ou jurisprudência.

*Execução OAB/SC  
Página 1 de 2*

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Santa Catarina  
Exame de Ordem - 2004.1 - Prova Prático-Profissional

**SITUAÇÃO-PROBLEMA II**

Operado o trânsito em julgado de decisão judicial que determinou a repetição do indébito, cliente de seu escritório informa que pretende optar por receber os seus créditos por meio de compensação e não mais pela via do precatório regular.

Apesar de a lei aplicável não vedar a compensação, o juiz competente indeferiu o pleito, sob a alegação de que haveria desrespeito a coisa julgada, em vista de tratar-se de repetição de indébito (art. 165, do CTN).

**PERGUNTAS:**

- a) O Juiz, em vista da jurisprudência atual, indeferiu acertadamente o pleito? Justifique sua posição, citando doutrina e/ou jurisprudência.

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Santa Catarina  
Exame de Ordem - 2004.1 - Prova Prático-Profissional

**EXAME DE ORDEM 2004.1 - PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL**

**1050 - DIREITO DO TRABALHO**

**PEÇA PROFISSIONAL**

No dia 25 de março de 2004, compareceu ao departamento jurídico do Sindicato de categoria profissional, sediado em Blumenau, uma

trabalhadora, que prestou as seguintes informações/reclamações:

Nome: Denise Serpa

Qualificação: brasileira, casada, vendedora, CPF nº .....

Endereço residencial: Rua ....., Itoupava Seca, Blumenau/SC.

Empregadora: Malharia Delta Ltda.

Endereço: Avenida....., nº....., Escola Agrícola, Blumenau, CEP.....

Data de admissão: 03 de dezembro de 2002.

Data de registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS): 25 de fevereiro de 2003.

Data da dispensa: 14 de março de 2004, com desligamento imediato.

Motivo: sem justa causa.

Função: costureira

Salário inicial: R\$ 440,00 mensais, sendo que, a contar da formalização do contrato em carteira, passou a receber mais R\$ 150,00 mensais, de modo informal, até ser despedida.

Jornada de trabalho: das 7h30min às 19h, de segunda a sexta-feira, com 45 minutos de intervalo para almoço, de segunda a sexta-feira e, aos sábados, das 7h30min às 12h. Além disso, no dia 25 de dezembro de 2002, feriado nacional, foi convocada e trabalhou numa faxina geral, das 8h às 13h, sem ter gozado folga compensatória.

“Vendeu” integralmente as férias relativas ao primeiro ano trabalhado, apesar do que foi procedido em registro na CTPS, como se de fato as tivesse gozado, na proporção de 30 dias. Pelo extrato que a Caixa Econômica Federal lhe forneceu, constatou que nos três últimos meses trabalhados não houve o devido recolhimento do FGTS.

Com a dispensa não recebeu as verbas rescisórias de direito, e nem as guias do Seguro Desemprego.

Com base nos dados prestados, como advogado apresente a peça processual adequada em favor da ex-empregada, postulando todas as vantagens legais sonegadas, bem como as penalidades possíveis, com a indicação da legislação pertinente, doutrina e jurisprudência. Na situação hipotética apresentada, não há Câmara de Conciliação Prévia na base de representação.

## **SITUAÇÃO-PROBLEMA I**

Tendo o empregado dado quitação ao contrato de trabalho, em acordo, perante a Comissão de Conciliação Prévia, legalmente constituída, é oponível a coisa julgada como matéria de defesa, caso o trabalhador venha a propor reclamação na Justiça do Trabalho contra a empresa? Explique o caso, com a devida indicação da legislação pertinente.

## **SITUAÇÃO-PROBLEMA II**

Analise a seguinte situação hipotética.

A empresa PESCADOS COIMBRA S.A., sediada em Florianópolis - SC, firmou Acordo Coletivo de Trabalho com o Sindicato dos Empregados na Indústria da Pesca em Florianópolis, assegurando aos empregados um reajuste salarial de 12% (doze por cento) a partir da data-base da categoria (1º.05.03). Ocorre que a Federação Estadual dos Trabalhadores na Indústria da Pesca do Estado de Santa Catarina firmou Convenção Coletiva de Trabalho com a Federação patronal representativa daquela mesma empresa (Pescados Lisboa), estabelecendo reajuste salarial da ordem de 8% (oito por cento), também a partir de 1º de maio de 2003.

Em uma reclamatória trabalhista proposta em uma das Varas de Florianópolis, em que um ex-empregado postula o recebimento das diferenças salariais decorrentes da aplicação do reajuste de 12%, aquela empresa defendeu-se, alegando que a Convenção Coletiva de Trabalho firmada pela Federação Patronal, por ter maior abrangência e ser norma de ordem geral, deveria prevalecer sobre as disposições do Acordo Coletivo por ela firmado. Tem razão a empresa? Justifique sua posição de modo sintético. Na situação hipotética apresentada, não foram estabelecidas outras cláusulas, nem no ACT e nem na CCT.

## **EXAME DE ORDEM 2004.1 - PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL**

### **1047 - DIREITO PENAL**

#### **PEÇA PROFISSIONAL**

Aureliano Buendia, brasileiro, casado, escrivão da Polícia Civil, nascido em 06 de março de 1.966, foi denunciado na Comarca de Joinville, por ter praticado o delito de concussão, quando, na qualidade de escrivão concursado da Polícia Estadual, lotado no 1º DP de Joinville, solicitou de um empresário a quantia de R\$500,00 (quinhentos reais), visando alterar depoimentos prestados por fiscais da Receita Estadual em Inquérito Policial, que visava apurar possível crime contra a ordem tributária praticado pelo corrompido.

Como o empresário corrompido verificou que o escrivão não procedera como combinado, denunciou-o ao Ministério Público Estadual da Comarca de Joinville, que requisitou a abertura de Inquérito Policial para apurar os fatos. No Inquérito Policial colheu-se a versão da vítima, a qual afirmou ter comparecido pessoalmente para ser interrogado, em 26 de fevereiro de 1.999, e que efetuou o pagamento da quantia indevida, valor que pediu emprestado a um conhecido chamado João Inácio, que, naquele dia, comparecera à Polícia Estadual daquela localidade, para retirar um documento. Este, por sua vez, ao ser ouvido, confirmou a versão do corrompido, aduzindo tão somente que a vítima, na ocasião, não lhe teria falado para que se destinavam os R\$500,00 (quinhentos reais) solicitados. O Réu, ouvido naquela oportunidade, negou a solicitação da vantagem indevida, afirmando que exercera seus atos de forma idônea e de acordo com lei.

Denunciado pelo representante do *parquet* estadual, em 05 de maio de 2.001, o magistrado da comarca de Joinville recebeu a denúncia na mesma data, designando data para interrogatório. Interrogado, o denunciado negou a autoria do delito, reafirmando, nessa oportunidade, que nunca solicitou quantia indevida para si nem para ninguém, em razão do exercício de sua função. Em seguida foi ouvido o corrompido, João Inácio e as testemunhas de defesa, estas apenas abonatórias. Instruído o feito, somente o representante do Ministério Público apresentou as alegações finais.

Devidamente intimado para constituir novo advogado, ante a renúncia do anterior, o Réu silenciou, restando condenado no dia 07 de maio de 2004.

Para o decreto condenatório de 3 (três) anos e 6 (seis) meses de reclusão, o magistrado levou em consideração principalmente a palavra do corrompido. E fixou a pena-base em 3 anos de reclusão e multa, considerando que a culpabilidade era de alta intensidade e que a personalidade do denunciado é mal formada, eis que fez exatamente o contrário do exigido de sua função, prejudicando a credibilidade do aparelho policial. Aumentou, ainda, a pena-base em 1/6, correspondente a 6 (seis) meses de reclusão, reconhecendo a agravante prevista na alínea "g" do inciso II do art. 61 do código repressivo, mandando lançar imediatamente o nome do réu no rol dos culpados.

**Intimado, o acusado procurou você para assumir a causa. Formule a peça profissional, atacando todos os pontos jurídicos suscitados, citando legislação, doutrina ou jurisprudência.**

*Execução OAB/SC  
Página 1 de 2*

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Santa Catarina  
Exame de Ordem - 2004.1 - Prova Prático-Profissional

## **SITUAÇÃO-PROBLEMA I**

Maria foi estuprada quando tinha 17 anos e cinco meses e sua mãe, por ser amante do autor do delito, não fez a devida representação. Tendo completado 18 anos, Maria, aconselhada por seu patrão, resolveu fazer a representação, acusando o autor do crime. O fato já não teria sido alcançado pela decadência? Qual o entendimento reinante, na hipótese de a mãe da vítima renunciar ao seu direito à representação? Justifique sua resposta, citando lei, doutrina e jurisprudência.

## **SITUAÇÃO-PROBLEMA II**

Pedro Bacamarte, brasileiro, solteiro, desempregado, nascido em 04 de fevereiro de 1.978, subtraiu de um supermercado dois frangos assados para alimentar a família, no dia em que completara duas décadas de vida. Tendo a denúncia pelo furto simples sido recebida no dia 28 de março de 2001, e não tendo sido Pedro encontrado pelo oficial de justiça para citação, expediu-se edital designando interrogatório.

Como Pedro deixou de comparecer ao interrogatório judicial, foi declarada sua revelia e nomeado defensor dativo, que acompanhou todo o desenvolver do processo, realizando sua defesa técnica. O magistrado, apreciando a matéria,

condenou o réu em 2 de setembro de 2002, ao cumprimento da pena mínima prevista pela prática do crime de furto descrito na denúncia.

Intimado da Sentença, Pedro constituiu você como seu bastante procurador, para a competente interposição de recurso. Indique todos os pontos jurídicos que deverão ser atacados no competente recurso. Cite legislação, doutrina ou jurisprudência, para melhor fundamentar a resposta.

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Santa Catarina  
Exame de Ordem - 2004.1 - Prova Prático-Profissional

## **EXAME DE ORDEM 2004.1 - PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL**

### **1033 - DIREITO COMERCIAL E DE EMPRESA**

#### **PEÇA PROFISSIONAL**

Fátima Oliveira firma com Banco S/A contrato de abertura de crédito rotativo. A instituição financeira exige que ela assine também, na qualidade de promitente, nota promissória no valor do limite de crédito oferecido, qual seja R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Em determinado momento, Fátima torna-se inadimplente e o banco lhe oferece a possibilidade de firmar outro contrato, agora de Confissão de Dívida, para que os valores devidos sejam pagos em 24 parcelas mensais fixas. Fátima firma-o e nele fica expressa a origem da dívida.

Ela novamente não consegue cumprir o estabelecido e torna-se inadimplente. Esgotadas as tentativas de cobrança extrajudicial, o banco ajuíza ação executiva, fundada exclusivamente no Contrato de Confissão de Dívida, juntando também a procuração e o contrato social e apresentando memória detalhada da dívida.

A Ação de Execução tramita na 3ª Vara Cível de Florianópolis-SC, sob o nº 023.04.001100-1.

Fátima foi citada e no dia seguinte procura você.

#### **TAREFA:**

**Com base nas informações acima, elabore a peça processual mais adequada aos interesses da executada, indicando a fundamentação legal, doutrinária e jurisprudencial e os documentos juntados.**

### **Qualificação das partes:**

- Fátima Oliveira - brasileira, casada, artesã, inscrita no CPF, sob o nº 000.111.000-11, residente e domiciliada na Servidão Almirante, nº 12, Florianópolis/SC;
- Banco S/A - CNPJ 11.000.111/0001-11, com endereço na Praça do Teatro, nº 15, Florianópolis/SC.

*Execução OAB/SC*

*Página 1 de 2*

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Santa Catarina  
Exame de Ordem - 2004.1 - Prova Prático-Profissional

### **SITUAÇÃO-PROBLEMA I**

Bárbara Corrêa e Graziella Viana firmam contrato para constituição de uma sociedade limitada (BCGV Comércio de Vestuário Ltda.). Não o inscrevem na Junta Comercial ou em qualquer outro órgão de registro. Ainda assim, passam a desenvolver a atividade empresarial e adquirem bens necessários ao desenvolvimento da atividade.

Em determinado momento, e em virtude da atividade desenvolvida, são contraídas obrigações que acabam não salgadas, e o credor opta pela cobrança judicial dos valores.

As obrigações estão documentadas em contratos firmados pela sócia Bárbara Corrêa.

Responda fundamentadamente, inclusive com base na legislação aplicável.

### **PERGUNTAS:**

- a) Quem pode residir no pólo passivo da ação judicial proposta pelo credor?
- b) O patrimônio particular das sócias está à disposição dos credores, para saldar as obrigações?

- c) Há possibilidade de os sócios indicarem patrimônio da sociedade, para responder pelas obrigações contraídas?

## **SITUAÇÃO-PROBLEMA II**

Roberto Schmidt firmou contrato de arrendamento mercantil (leasing) com Arrendadora S/A, tendo como objeto um automóvel para uso pessoal, com o pagamento de 24 (vinte e quatro) parcelas que incluíam o valor residual garantido (VRG).

A partir da 5ª (quinta) parcela, Roberto deixou de pagar as prestações e foi notificado extrajudicialmente pela arrendadora, para que adimplisse sua obrigação.

Responda fundamentadamente, com base na doutrina e jurisprudência atual.

### **PERGUNTAS:**

- a) Admite-se o pagamento antecipado do valor residual, nos moldes colocados no enunciado?
- b) Que medida judicial deve ser adotada pela Arrendadora, em virtude do inadimplemento de Roberto?

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Santa Catarina  
Exame de Ordem - 2004.1 - Prova Prático-Profissional

## **EXAME DE ORDEM 2004.1 - PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL**

### **1020 - DIREITO CIVIL**

#### **PEÇA PROFISSIONAL**

Tião Gavião (brasileiro, casado, comerciante, CPF nº 000.000.000-00, residente e domiciliado na rua Caixá, 35 - Centro - São José - SC) é credor da importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) de Estelio Nato (brasileiro, casado, contador, CPF nº 111.111.111-11, residente e domiciliado na rua Jiboá Batera, 02 - Atabaão - São José - SC).

Após conversarem chegaram a um acordo, firmando confissão de dívida particular, assinada por 2 testemunhas, pelo qual Estelio Nato reconhece

ser devedor da importância acima, garantindo que pagará o valor em um prazo de

10 dias, dando em garantia seu único imóvel, em que reside com sua esposa Maria Pacata Nato (brasileira, casada, do lar, CPF nº 222.222.222-22), sem, contudo, constar do instrumento a assinatura dela.

O valor do imóvel é de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), sendo que os bens que o garantem totalizam o montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Estelio Nato é casado com Maria Pacata Nato sob o regime da comunhão universal de bens, tendo adquirido o imóvel e os bens que o garantem após o casamento.

Decorrido o prazo sem o pagamento, não restou a Tião Gavião outra alternativa senão executar judicialmente Estelio Nato, requerendo a penhora da meação do referido imóvel, dado em garantia no contrato, ou seja, a penhora recaiu sobre 50% do imóvel, parcela que, por lei, é de propriedade de Estelio Nato.

A ação de execução tramita perante a 2ª Vara Cível da Comarca de São José, com nº 6404000000.0.

O Advogado de Tião Gavião argumentou que o novo Código Civil, em seu art. 391, teria possibilitado a penhora de bem de família, já que não trazia mais em seu bojo as exceções previstas em lei, contempladas pelo art. 591 do Código de Processo Civil. Segundo a argumentação do causídico, o art. 591 do CPC estaria derogado pelo Código Civil de 2002, não existindo mais exceções à responsabilidade do devedor, no que concerne aos seus bens.

O juiz deferiu a penhora, que recaiu sobre 50% do imóvel e 50% dos bens que o garantiam.

Sabendo da situação, Maria Pacata Nato procurou você, e lhe pediu que fossem tomadas as medidas cabíveis para liberação total da penhora. Disse, ainda, que passava por sérias dificuldades financeiras e que, para pagar contas em atraso, teria que vender seu forno de microondas urgentemente; logo, precisava de medida antecipatória para poder efetuar a venda.

*Execução OAB/SC*

*Página 1 de 3*

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Santa Catarina  
Exame de Ordem - 2004.1 - Prova Prático-Profissional

**Elabore a peça processual mais adequada ao caso, com o intuito de liberar o imóvel em sua totalidade da penhora, fundamentando na lei,**

**doutrina e jurisprudência a inviabilidade dessa penhora, e requerendo, de forma antecipada, de acordo com a lei, medida para que seja liberada a venda do forno de microondas.**

## **SITUAÇÃO-PROBLEMA I**

João, viúvo, pai de 2 filhos, alcoólatra, em estado de embriaguez aliena um imóvel, por preço vil, durante jogo de cartas, uma vez que perdeu o jogo, e não tinha como pagar a dívida.

Nessa data, seus filhos Pedro e Felipe contam com 10 e 12 anos de idade, respectivamente.

O referido imóvel, único na família de João, foi adquirido 2 anos após o casamento com sua esposa, o qual se deu pelo regime da Comunhão Parcial de Bens, encontra-se registrado no Cartório de Registros de Imóveis em nome de João e de sua esposa já falecida, não tendo João providenciado a abertura de inventário.

O companheiro de bar de João, que ganhou o imóvel, pretendendo fazer justiça, não o reivindica até que o filho mais novo de João complete 18 anos, quando o jovem é surpreendido por uma interpelação extrajudicial, exigindo a desocupação e entrega imediata do imóvel.

Na época da alienação, João firmou, com seu companheiro de bar, contrato de doação, tendo-o assinado e falsificado a assinatura de sua falecida esposa.

Considerando que todos os eventos jurídicos acima ocorreram sob a égide da Lei 10.406/2002 (Código Civil de 2002), justifique suas respostas com base na lei, doutrina e jurisprudência.

## **PERGUNTAS:**

- a) Na data da alienação perpetrada por João, a quem pertencia o direito de propriedade do imóvel? Responda explicando, e fundamentando no CC/2002, como se deu a sucessão.
- b) Munido do contrato de doação, pode o adversário de jogo de João satisfazer seu crédito de outra forma? Haveria alguma forma legal e lícita de o adversário obrigar João ao pagamento?

## **SITUAÇÃO-PROBLEMA II**

A ELETROTON, empresa que comercializa aparelhos de ar-condicionado em Florianópolis, efetua a venda de um modelo industrial a Paulo da Silva.

O aparelho é entregue a Paulo, que firma com a ELETROTON contrato de compra e venda, com reserva de domínio, pelo qual pagará a importância de R\$ 10.000,00 em 10 parcelas fixas de R\$ 1.000,00, ficando garantida a propriedade do aparelho até o pagamento da última parcela. Dez notas promissórias são vinculadas ao contrato, no valor de R\$ 1.000,00 cada.

Paulo paga as 03 primeiras parcelas e, em virtude de dificuldades financeiras, e de não ter mais condições de pagar as vincendas, propõe à ELETROTON um novo acerto.

As partes firmam uma confissão de dívida, ficando acertado que Paulo pagaria o saldo restante em 14 parcelas de R\$ 500,00 cada, ficando vinculadas 14 notas promissórias. Ambos os contratos prevêem juros e correção monetária legais, no caso de inadimplência.

Ainda assim, Paulo fica impossibilitado de dar cumprimento ao acordo. Considerando que todos os eventos jurídicos acima ocorreram sob a égide da Lei 10.406/2002 (Código Civil de 2002), responda, justificando as respostas com base na lei, doutrina e jurisprudência:

### **PERGUNTAS:**

- a) Com a assinatura da confissão de dívida teria ocorrido a novação do contrato de compra e venda?
- b) Pedro, funcionário da empresa de Paulo, interessado em trabalhar com ar-condicionado, em virtude do calor, quita o saldo devedor com a empresa ELETROTON. Que efeitos gera essa quitação, em relação a Paulo? Que direitos são conferidos a Pedro?
- c) Paulo dispõe de maquinário em sua empresa, capaz de liquidar a dívida. A ELETROTON não aceita o maquinário. Paulo procura um advogado, que lhe sugere o ingresso de Ação de Dação em Pagamento. A ELETROTON é obrigada a aceitar o bem dado em pagamento para quitar a dívida?
- d) Decorridos 30 dias do vencimento da parcela, Paulo resolve efetuar o

pagamento à ELETROTON, que dá recibo do valor pago com data atrasada. A ELETROTON terá sucesso, pleiteando os juros do período

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Santa Catarina  
Exame de Ordem - 2004.1 - Prova Prático-Profissional

## **EXAME DE ORDEM 2004.1 - PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL**

### **1016 - DIREITO ADMINISTRATIVO**

#### **PEÇA PROFISSIONAL**

O Estado do Paraná promulgou lei de intervenção estatal no domínio econômico - Lei 10.248/ 93 tratando, especificamente, sobre a obrigação de pesagem, pelos estabelecimentos que comercializam GLP - Gás Liquefeito de Petróleo - à vista do consumidor, por ocasião da venda de cada botijão ou cilindro entregue e, também, do recolhido, com pagamento imediato, ao consumidor, de eventual diferença a menor do produto.

Os seus principais artigos assim dispõem:

Art. 1º É obrigatória a pesagem, pelos estabelecimentos que comercializarem GLP - Gás Liquefeito de Petróleo, à vista do consumidor, por ocasião da venda de cada botijão ou cilindro entregue e também do recolhido, quando procedida a substituição.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no caput desse artigo, os postos revendedores de GLP, bem como os veículos que procedam à distribuição em domicílio, deverão portar balança apropriada para essa finalidade.

Art. 2º Verificada a diferença a menor, entre o conteúdo e a quantidade líquida especificada no botijão ou cilindro, o consumidor terá direito a receber, no ato do pagamento, abatimento proporcional ao preço do produto.

Art. 3º Caso se constate sobra de gás na pesagem do botijão ou cilindro que esteja sendo substituído, o consumidor será ressarcido da importância correspondente através de compensação, no ato do pagamento do produto adquirido.

Art 4º Os botijões ou cilindros, na forma do Código de Defesa do Consumidor, deverão conter especificação, em lugar visível, sobre o peso da embalagem e o peso líquido do produto envasilhado.

A Confederação Nacional do Comércio, inconformada com tal Lei, deseja um parecer jurídico sobre a questão direcionado ao apontamento das possíveis lesões de tal lei à Constituição Federal, bem como sua pertinência ou não, face ao Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990).

**Formule um parecer conforme o requerido, considerando as regras e princípios constitucionais e infraconstitucionais a respeito de tal lei e indicando a medida judicial que poderia ser adotada.**

*Execução OAB/SC*

*Página 1 de 2*

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Santa Catarina  
Exame de Ordem - 2004.1 - Prova Prático-Profissional

### **SITUAÇÃO-PROBLEMA I**

Determinada Autarquia da Administração Indireta Estadual possui terreno de sua propriedade, não edificado e, temporariamente, sem utilização (terreno baldio). O Poder Público municipal pretende sujeitar tal imóvel à incidência do IPTU (Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana).

**PERGUNTA:** Existe embasamento constitucional para tal cobrança? Justifique a resposta.

### **SITUAÇÃO-PROBLEMA II**

Determinada empresa multinacional, após vencer licitação visando travar posterior contrato de fornecimento de produtos de informática com o poder público federal, apresenta minuta de contrato administrativo de adesão, a ser firmado com o poder público, cabendo a este aceitar ou não, de forma

plena, os termos do ajuste. O poder público aceitou tais termos.

**PERGUNTA:** É juridicamente cabível tal contrato? Justifique.